

# ATENÇÃO

**O cartão resposta e a folha de redação possuem preenchimentos diferenciados.**

**Solicitamos atenção quanto as informações abaixo:**

## **PREENCHIMENTO DO CARTÃO RESPOSTA**

- O cartão resposta deverá ser identificado informando o NOME e o CPF.

## **PREENCHIMENTO DA FOLHA DE REDAÇÃO**

- A folha de redação deverá constar somente o NUMERO DE INSCRIÇÃO.

Tanto o CPF quanto o NUMERO DE INSCRIÇÃO estarão disponíveis junto aos fiscais de sala.

**EDITAL N. 0168/2015/PGJ**

**PROCESSO PÚBLICO DE CREDENCIAMENTO PARA  
ESTÁGIO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO**

**ORIENTAÇÕES GERAIS**

- 1 Mantenha seu documento de identificação sobre a carteira.
- 2 É vedado o uso de telefone celular, relógio ou qualquer dispositivo eletrônico, sob pena de desclassificação.
- 3 Preencher os dados solicitados nos campos indicados ao nome, CPF, e assinatura no cartão-resposta e, o **número de inscrição na folha de redação**.
- 4 Verifique se há falha na impressão do cartão-resposta, na prova ou na folha de redação. A prova contém 50 (cinquenta) questões.
- 5 Não identificar o caderno de provas ou rascunho (nome e número de inscrição).
- 6 Na execução das provas, só será permitida a utilização de caneta esferográfica azul ou preta, fabricada em material transparente.
- 7 Não será permitida qualquer espécie de consulta, inclusive a textos legais, sob pena de eliminação do candidato.
- 8 É expressamente proibido qualquer comunicação entre os candidatos ou com pessoas estranhas. Não tente visualizar a prova dos demais candidatos. Após as instruções preliminares, nada será respondido.
- 9 O candidato não deverá amassar, anotar, molhar, dobrar, rasgar, manchar ou de qualquer modo danificar o cartão-resposta e a folha de redação, **caso contrário as respostas não serão lidas**.
- 10 **Não será permitida a substituição do cartão-resposta e folha de redação por erro do candidato**.
- 11 Na duração da prova está incluído o tempo destinado à identificação e ao preenchimento do cartão-resposta e folha de redação.
- 12 Ao término da prova, entregue aos fiscais o “caderno de prova”, o “cartão-resposta” e a “folha de redação”. **NÃO SERÁ PERMITIDO LEVAR O CADERNO DE PROVAS OU RASGAR PARTE DELE.**
- 13 Somente será permitido ao candidato destacar a última folha do caderno de provas, identificada como “folha para anotação do gabarito”, destinada exclusivamente para o candidato anotar o gabarito da prova realizada e levá-lo consigo.
- 14 Somente será permitido que o candidato retire-se da sala após 1 (uma) hora do início da prova, salvo autorização da Comissão de Concurso, sendo obrigatória a presença dos 3 (três) últimos candidatos até a entrega da última prova.
- 15 A duração da prova será de 04 (quatro) horas.
- 16 **NÃO SE ESQUEÇA DE ASSINAR A LISTA DE PRESENÇA.**

**EDITAL N. 0168/2015/PGJ****PROCESSO PÚBLICO DE CREDENCIAMENTO PARA  
ESTÁGIO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO****I. REDAÇÃO**

A redação é **obrigatória** e deverá conter, no mínimo, 20 (vinte) linhas, e, no máximo, 30 (trinta) linhas, respeitados os espaços e os limites da Folha de Redação.

Tema da redação: “**A Atuação do Ministério Público no Combate à Corrupção**”.

**II. PROVA ESCRITA****ORIENTAÇÕES GERAIS**

*De acordo com o comando inerente a cada assertiva, deverá o candidato julgá-la **VERDADEIRA** ou **FALSA**, transcrevendo sua resposta para o Cartão-Resposta, que será o único documento válido para a correção da prova.*

*Na Folha de Respostas, haverá, para cada assertiva, dois campos de marcação: o campo designado com o código **V**, que deverá ser preenchido pelo candidato caso julgue a assertiva **VERDADEIRA**, e o campo designado com o código **F**, que deverá ser preenchido pelo candidato caso julgue a assertiva **FALSA**.*

*Para obter pontuação em cada assertiva, o candidato deverá marcar um, e somente um, dos dois campos da Folha de Respostas.*

*Caso não haja marcação ou haja marcação dupla (**V** e **F**), será atribuída pontuação 0,00 (zero) para a assertiva.*

**Direito Penal**

1. A lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, aplica-se aos fatos anteriores, exceto se decididos por sentença condenatória transitada em julgado.

2. A embriaguez, voluntária ou culposa, não exclui a imputabilidade penal, ao contrário do que ocorre com a emoção e a paixão.
3. Não se comunicam as circunstâncias e as condições de caráter pessoal, salvo quando elementares do crime, podendo-se citar como exemplo de circunstância que se comunica a condição de funcionário público no crime de peculato culposo.
4. A prescrição, depois da sentença condenatória com trânsito em julgado para a acusação ou depois de improvido seu recurso, regula-se pela pena aplicada, sendo possível ter por termo inicial data anterior à da denúncia ou queixa.
5. O homicídio cometido contra mulher por razões da condição do sexo feminino (feminicídio) e contra integrantes do sistema prisional, no exercício da função ou em decorrência dela, ou contra seu cônjuge, companheiro ou parente consanguíneo até terceiro grau, em razão dessa condição, são considerados qualificados pelo Código Penal.
6. O crime de ameaça previsto no Código Penal somente se procede mediante representação.
7. Adquirir, receber, transportar, conduzir ou ocultar, em proveito próprio ou alheio, coisa que sabe ser produto de crime, ou influir para que terceiro, de boa-fé, a adquira, receba ou oculte caracteriza crime de receptação, previsto no Código Penal.
8. A prática em concurso de pessoas aumenta a pena cominada ao delito de roubo, mas em nada influi na pena cominada ao delito de furto.
9. O crime de Corrupção Passiva ocorre quando alguém oferece ou promete vantagem indevida a funcionário público, para determiná-lo a praticar, omitir ou retardar ato de ofício.
10. Acusar-se, perante a autoridade, de crime inexistente ou praticado por outrem configura o crime de falso testemunho.

## **Processo Penal**

11. O não oferecimento de denúncia, no prazo de 15 dias após recebimento de peças de informações pelo Ministério Público, caracteriza arquivamento implícito.
12. A sentença penal condenatória recorrível pode decretar a prisão preventiva do condenado, mesmo que o regime inicial de cumprimento da pena privativa de liberdade estabelecida for o semiaberto.
13. A não apresentação da resposta à acusação no prazo de 10 (dez) dias, contado da citação pessoal do acusado, acarreta preclusão para realização do ato.
14. O acusado não tem direito de permanecer em silêncio, por ocasião de seu interrogatório de qualificação.
15. Caso o acusado citado por edital não compareça aos atos do processo e não constitua defensor ficarão suspensos o processo e o curso do prazo prescricional, podendo ser determinada a produção das provas urgentes.
16. O procedimento comum subdivide-se em ordinário, sumário e sumaríssimo, condicionando-se a respectiva aplicação à quantidade de pena máxima comina *in abstracto* e à natureza da infração, não mais importando se a pena é de reclusão ou detenção.
17. A absolvição sumária é instituto exclusivo do júri popular.
18. Ao final da primeira fase do procedimento relativo aos processos da competência do Tribunal do Júri, o juiz poderá: absolver sumariamente o acusado; desclassificar a infração; pronunciar o acusado ou impronunciar o acusado.
19. Apelação, Recurso em Sentido Estrito, Embargos Infringentes e de Nulidade, Agravo de Instrumento e Carta Testemunhável são exemplos de recursos previstos no Código de Processo Penal.
20. Nenhum ato será declarado nulo, se da nulidade não resultar prejuízo para a acusação ou para a defesa.

## **Direito Civil**

21. A personalidade civil da pessoa começa do nascimento com vida e, por conta disso, a lei não resguarda os direitos do nascituro.
22. A capacidade de direito não é atribuída àqueles que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para os atos da vida civil.
23. O Código Civil vigente estabelece que são absolutamente incapazes de exercer os atos da vida civil somente os menores de 16 (dezesesseis) anos.
24. Conforme o Código Civil, caracterizada a lesão o negócio jurídico não será anulado se a parte favorecida concordar com a redução do proveito.
25. Atingida a maioridade, cessa o dever de prestar alimentos, independentemente de decisão judicial a respeito.
26. O homem e a mulher com dezesseis anos podem casar, independentemente de autorização dos pais ou responsáveis.
27. A abertura da sucessão ocorre no momento em que a ação de inventário é protocolada em Juízo.

### **Direito Processual Civil**

28. De acordo com o Novo Código de Processo Civil, o Juiz é obrigado a enfrentar todos os argumentos apresentados no processo que possam infirmar a sua conclusão.
29. De acordo com o Novo Código de Processo Civil, a sentença proferida contra a União, Estados, Distrito Federal e Municípios não está sujeita ao duplo grau obrigatório de jurisdição quando estiver de acordo com súmula do STF ou do STJ.
30. De acordo com o Novo Código de Processo Civil, o Ministério Público, quando atuar como *custos legis*, não tem legitimidade para alegar incompetência relativa do Juízo.
31. De acordo com o Novo Código de Processo Civil, o advogado que atua em causa própria não tem direito a honorários advocatícios.
32. De acordo com o Novo Código de Processo Civil, o processo pode ser suspenso por convenção das partes pelo prazo máximo de 6 (seis) meses.

**Direito Constitucional**

33. São Poderes da União, os quais são independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo, o Judiciário e o Ministério Público.
34. A falta de norma regulamentadora que torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania, poderá ensejar a propositura de mandado de injunção.
35. Viola a cláusula de reserva de plenário a decisão de órgão fracionário de tribunal que, embora não declare expressamente a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público, afasta a sua incidência, no todo ou em parte.
36. A Constituição Federal assegura a todos o direito de reunião pacífica, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não seja frustrada outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente.
37. Compete ao Superior Tribunal de Justiça julgar, em recurso especial, as causas decididas, em única ou última instância, pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando a decisão recorrida, julgar válida lei local contestada em face de lei federal.
38. Será declarada a perda da nacionalidade, conforme previsto na Constituição Federal, do brasileiro nato que residir em outro país por mais de trinta anos sem interrupção.
39. A ação popular pode ser ajuizada por qualquer cidadão e não se limita somente a obter a anulação de ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que participe o Estado e à moralidade administrativa, mas também à defesa do meio ambiente e do patrimônio histórico e cultural.
40. Conforme dispõe a Carta Magna, os juízes gozam da garantia da inamovibilidade, que, entretanto, pode ser excepcionada no caso de relevante interesse público e desde que a remoção seja aprovada pela maioria absoluta do respectivo tribunal ou do Conselho Nacional de Justiça.
41. Aos membros do Ministério Público é assegurada autonomia funcional e administrativa, podendo, inclusive, propor ao Poder Legislativo a criação e extinção de cargos e serviços auxiliares.

42. É função institucional do Ministério Público exercer o controle externo da atividade policial, na forma de lei complementar.

### **Legislação Extravagante**

43. De acordo com a Lei n. 7.347/1985, a ação civil pública não poderá ter por objeto a condenação em dinheiro, mas tão somente o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer.

44. Segundo o Código de Defesa do Consumidor, o fornecedor de serviços responde objetivamente pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos.

45. Nos termos da Lei de Execução Penal, os condenados primários que cumprem pena em regime semiaberto e apresentem comportamento adequado poderão obter autorização para saída temporária do estabelecimento, sem vigilância direta, desde que tenham cumprido no mínimo 1/6 da pena.

46. Segundo o Estatuto da Criança e Adolescente, em cada município haverá no mínimo 1 (um) Conselho Tutelar, composto de 5 membros, escolhidos pela população local para mandato de 4 (quatro) anos, permitida uma recondução.

47. De acordo com a Lei n. 5.478/68, que dispõe sobre a ação de alimentos, a decisão judicial sobre alimentos não transita em julgado e pode a qualquer tempo ser revista, em face da modificação da situação financeira dos interessados.

48. Entre as medidas socioeducativas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente encontra-se a liberdade assistida.

49. De acordo com a Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, são órgãos auxiliares, dentre outros, os Centros de Apoio Operacional, as Coordenadorias de Recursos e os estagiários.

50. É função institucional do Ministério Público, dentre outras, promover o inquérito civil público e a ação civil pública, para a anulação ou declaração de nulidade de atos lesivos ao patrimônio público ou à moralidade administrativa do Estado ou de Município, de suas administrações indiretas, fundacionais ou entidades privadas de que participem.

**FOLHA DE RASCUNHO PARA REDAÇÃO****Atenção: Não esquecer de informar número de inscrição na folha de redação**

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

**ANOTAÇÃO DO GABARITO  
(Única que pode ser destacada e levada)**